

## **A Escola portuguesa no séc. XXI (1/5)**

Falar de Escola é falar de educação. Compreender a escola é, também, compreender a evolução das ideias sobre educação ao longo dos tempos. Nesta linha de evolução, muitas têm sido as ideologias e práticas: o considerar o indivíduo aluno (na sua tripla dimensão, cognitiva, afetiva e motora) como componente central da intervenção educativa, até aos anos 50; o privilegiar as metodologias de ensino (Nóvoa, 1995); a valorização das interações no processo educativo, as vivências escolares em detrimento dos saberes escolares, a comunicação, a partilha, o diálogo, o trabalho em comum e a cooperação.

O conceito de educação foi evoluindo, a pedagogia projeta-se para fora dos muros da escola e os papéis dos professores diversificam-se. É a fase da pedagogia institucional claramente centrada no sistema educativo, como recurso a metodologias de análise política e de intervenção social. Estes conceitos foram, mais tarde, substituídos por correntes pedagógicas preocupadas com a racionalização e a eficácia do ensino. O enfoque pedagógico volta a centrar-se na turma-sala de aula.

Por volta dos anos 80/90, ouve-se falar de uma pedagogia centrada na escola como organização. Nesta construção, há a valorização das metodologias ligadas ao domínio organizacional (gestão, auditoria, avaliação) e políticas de investigação mais próximas dos processos de mudança nas escolas (investigação-ação, investigação formação,...).

Nesta dinâmica evolutiva, a escola tem vindo a tornar-se um lugar central de gestão e a comunidade local (em particular as famílias dos alunos) têm-se tornado parceiros essenciais nas tomadas de decisão. A autonomia é o resultado do equilíbrio de forças, numa determinada escola, entre diferentes detentores de influência, das quais se evidenciam o estado, os professores, os alunos, as famílias dos alunos e outros membros da comunidade local (Barroso, 2004). “A escola é encarada como uma instituição dotada de uma autonomia relativa, como um território intermédio de decisão no domínio educativo, que não se limita a reproduzir as normas e os valores do macro sistema, mas que também não pode ser exclusivamente investida como um micro-universo dependente do jogo dos atores sociais em presença” (Nóvoa, 1995).

Santos, R. (2012). **Ponte Entre Nós. A Articulação Docente no 1º CEB – um contributo para a aprendizagem**, Dissertação de Mestrado no Curso de Ciências da Educação, Especialidade de Supervisão Pedagógica, na Lusófona - Porto.

## A Escola portuguesa no séc. XXI (2/5)

De facto, no modelo centralizado de administração pública, a comunidade escolar restringia-se aos professores, aos funcionários e aos alunos, enquanto no modelo descentralizado, a sociedade civil tem um papel de relevo dentro do princípio da participação. Num sistema descentralizado a comunidade escolar não se limita nem se fecha em si mesma, mas inclui os membros e os clientes imediatos (alunos e pais) e mediatos (comunidade profissional servida e comunidade local), sendo uma comunidade educativa aberta a todos os interessados no processo educativo (Amaral, 1988).

Nesta senda, Nóvoa (1995) refere que modernizar o sistema educativo passa por investir na descentralização das escolas, tronando-as como “lugares de formação”. Segundo o mesmo autor, as escolas têm de adquirir uma grande mobilidade e flexibilidade, incompatível com a inércia burocrática e administrativa que as tem caracterizado. Trata-se, no seu entender, de construir escolas como espaços de autonomia pedagógica, curricular e profissional, o que implica um esforço de compreensão do papel dos estabelecimentos de ensino como organizações, funcionando numa tensão dinâmica entre a produção e a reprodução, entre a liberdade e a responsabilidade.

Só uma escola com personalidade consegue obter sucesso porque controla o seu próprio destino e tem normas e abordagens distintas para a realização dos seus objetivos. O desenvolvimento da personalidade de Escola depende da autonomia local e da utilização sensata dessa autonomia (Sergiovanni, 2004). Para além da autonomia decretada, as escolas desenvolvem formas autónomas de tomada de decisão em diversos domínios, as quais podem ser designadas por autonomia construída. Esta autonomia construída diz respeito ao jogo de dependência e de interdependência que os elementos de uma organização estabelecem entre si e com o meio envolvente e que permitem organizar a sua ação em função de objetivos próprios. A autonomia da escola não é a autonomia dos professores ou a autonomia dos pais, ou a autonomia dos gestores. A autonomia da escola é o resultado da ação concreta dos indivíduos que a constituem, no uso das suas margens de autonomia relativa (Barroso, 1996).

Santos, R. (2012). **Ponte Entre Nós. A Articulação Docente no 1º CEB – um contributo para a aprendizagem**, Dissertação de Mestrado no Curso de Ciências da Educação, Especialidade de Supervisão Pedagógica, na Lusófona - Porto.

### **A Escola portuguesa no séc. XXI (3/5)**

A escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum. Para tal é preciso realizar um esforço de demarcação dos espaços próprios de ação, pois só na clarificação destes limites se pode alicerçar uma colaboração efetiva. Na verdade, se é inadmissível defender a exclusão das comunidades da vida escolar, é igualmente inadmissível sustentar ambiguidades que ponham em causa a autonomia científica e a dignidade profissional do corpo docente (Nóvoa, 1995).

Assim, na conceção de escola como comunidade educativa, as fronteiras física e legal dão lugar a uma fronteira social, mais alargada e fluida que integra todos os interessados, direta ou indiretamente na educação escolar. Desta maneira, se dá prosseguimento ao projeto da L.B.S.E. obrigando o sistema educativo a “assegurar a interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, alunos, famílias, autarquias, entidades representativas das atividades sociais, económicas e culturais e ainda instituições de carácter científico” (art.º 43.º, n.º 2).

A evolução da instituição escolar está intimamente ligada à evolução de sociedade. Esta evolução é contínua, pois as mudanças que se pretendem parecem ser determinadas pelas transformações sociais. A escola enquanto instituição, foi considerada uma contribuição dos tempos, o produto da situação em mudança, que despertou a necessidade de transmissão dos conhecimentos que a sociedade acumulava. A escola tornou-se, assim, a instituição social através da qual o indivíduo acede aos conhecimentos, capacidades técnicas e valores que a sociedade lhe proporciona (Costa, 1996). Tendo em conta a atualidade, à escola são colocadas e exigidas respostas que advêm das alterações na comunidade como contexto próximo e de alterações num contexto mais amplo como a sociedade, a mundialização e a globalização (Alarcão, 2002).

Espera-se que o professor do 1º CEB deva doar-se à criança, a entusiasme, tenha paciência, seja leal, esteja predisposto à ajuda, à compreensão e respeito pelos outros, numa dimensão de autenticidade. Se a atuação do docente do 1º Ciclo tiver em conta a interação com o meio sócio cultural e económico da criança e da comunidade educativa, poderá estar a contribuir para a conceção de um novo tipo de escola.

Santos, R. (2012). **Ponte Entre Nós. A Articulação Docente no 1º CEB – um contributo para a aprendizagem**, Dissertação de Mestrado no Curso de Ciências da Educação, Especialidade de Supervisão Pedagógica, na Lusófona - Porto.

## **A Escola portuguesa no séc. XXI (4/5)**

O sistema de ensino tradicional restringia a autonomia, a liberdade e a criatividade. No sistema tradicional, o professor controlava a satisfação das necessidades do aluno, a avaliação utilizava-se para pôr em prática a atribuição de prémios e castigos, e os alunos eram mantidos à distância, em respeito, preservando-se, assim, a autoridade do docente (Fernandes, 1997). Os alunos, embora ainda seja pouco valorizado o seu papel no que respeita à gestão participativa nas escolas, são “trabalhadores” e, sem eles não há escola, logo não há necessidade de gestão, participativa ou não.

“Na verdade, e numa concepção pedagógica mais actualizada, os alunos são considerados, não como objectos da formação, mas como sujeitos da sua formação. Isto significa que as crianças e jovens que frequentam as nossas escolas não devem ser vistas como consumidoras passivas dos conhecimentos transmitidos pelos professores, mas sim como co-produtoras dos saberes, saberes fazeres e saberes ser, necessários ao seu crescimento e desenvolvimento” (Barroso,1995, p.11).

Hoje em dia, a escola deve preocupar-se em produzir conhecimentos, fornecendo os meios e criando condições para que os alunos sejam autores do seu próprio crescimento a todos os níveis. Sendo autores do seu crescimento, tornam-se, também eles, produtores na organização escolar, tal como os professores e os outros atores da comunidade educativa. Segundo o autor citado, do ponto de vista da gestão participativa, a participação dos alunos na gestão da escola é essencial para a própria aprendizagem. Reforçando que “é preciso reconhecer aos alunos o direito de interferirem na organização do seu próprio trabalho, em parceria com os outros trabalhadores, no respeito das suas competências próprias e de um modo ajustado à sua idade e esfera de influência” (ibidem, p.12).

Santos, R. (2012). **Ponte Entre Nós. A Articulação Docente no 1º CEB – um contributo para a aprendizagem**, Dissertação de Mestrado no Curso de Ciências da Educação, Especialidade de Supervisão Pedagógica, na Lusófona - Porto.

## **A Escola portuguesa no séc. XXI (5/5)**

Este direito a que se refere Barroso, já começa a ser praticado em muitas escolas, mesmo nas do 1º CEB, nomeadamente com a criação das Assembleias de Alunos, como se pode verificar no Decreto-Lei nº 115-A/98 de 4 de Maio, cap. V - Participação dos pais e alunos:

“ 2 - O direito à participação dos alunos na vida da escola processa-se de acordo com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e concretiza-se, para além do disposto no presente diploma e demais legislação aplicável, designadamente através dos delegados de turma, da assembleia de delegados de turma e das assembleias de alunos, em termos a definir no regulamento interno.”.

No entender de Isabel Alarcão (2002), se a escola como organização não quiser estagnar (e não deve querer) tem de interagir com as transformações ocorridas no ambiente que a cerca. Tem de ser pró-ativa e, sendo assim, ajuda a sociedade a transformar-se, ao mesmo tempo que se transforma. Como diz Guerra (2003), vale a pena "tornar visível o quotidiano da escola", ou seja avaliá-la, sistematicamente, em todas as suas dimensões... mesmo que, para tal seja necessário observá-la a partir dos seus "bastidores" e ouvir-lhe o pulsar do "coração". Ao ouvir o "pulsar do coração" de uma escola, acontecerá participação efetiva.

Contudo, para que aconteça uma efetiva participação, onde a partilha de ideias, de atividades, de tomadas de decisão está acima de tudo, é fundamental a existência de alguém (ou de um grupo gestor) que saiba gerir e liderar uma escola. Alguém com convicção, com alguma experiência, com espírito de iniciativa, que não desista perante as dificuldades que vão surgindo, que saiba operacionalizar, nem que seja intuitivamente, uma "cultura de participação nas escolas, vencendo as inúmeras barreiras que resultam dos condicionalismos legais, dos conflitos de interesses entre os diferentes grupos em presença, da hostilidade, indiferença ou simples dificuldade de muitos professores, pais e alunos em realizarem um trabalho colectivo" (Barroso, 1995, p.17).

Santos, R. (2012). **Ponte Entre Nós. A Articulação Docente no 1º CEB – um contributo para a aprendizagem**, Dissertação de Mestrado no Curso de Ciências da Educação, Especialidade de Supervisão Pedagógica, na Lusófona - Porto.